



**Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro – CMS-RJ**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 12/11/2024**

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, em **convocação para a realização da** reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das treze horas às dezessete horas, no Auditório do Centro Administrativo São Sebastião (CASS – Subsolo), situado à Rua Afonso Cavalcanti 455, reuniram-se pelo segmento dos usuários; **conselheiro Abílio Valério Tozini (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM-RIO); conselheira Gabriella Santoro da Silveira Machado (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira suplente Maria de Fátima Gustavo Lopes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira Sonia Bauer Gomes da Silva (Associação Carioca dos Diabéticos – ACD); conselheira suplente Célia Regina de Azevedo Souza (Associação Carioca dos Diabéticos – ACD); conselheiro Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheiro Victor Yuri de Oliveira (Sindicato dos Empregadores de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro/RJ – SIEMACO-RIO). Pelo segmento dos Profissionais de Saúde: conselheiro Edmilson Soares Reis (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ); conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheiro suplente Hélio Dellatorre da Costa (Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheira Cíntia Teixeira de Souza Silva (Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro – SINDERJ); conselheiro Júlio Moreira Noronha (Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro – SINMED); conselheira Haydee Barreto Lopes (Associação dos Funcionários do Instituto do Câncer – AFINCA); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares Ocupacional no Estado do Rio de Janeiro – SINFITO); conselheira Juliene de Freitas Parada (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI/RJ); conselheiro Ismael Carlos Guedes de Oliveira (Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Rio de Janeiro – SIMVERJ); conselheiro José Alexandre da Rocha Curvelo (Sindicato dos Cirurgiões Dentistas no Estado do Rio de Janeiro). Pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços de Saúde: conselheira suplente Liliâne Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Emanuelle Pereira de Oliveira Correa (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Fabíola Andrade Rodrigues (Secretaria**

**Municipal de Saúde – SMS); conselheira Clema dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Carolina Carvalho Caçador (Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas e Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro – FEMERJ). Pelo segmento dos representantes Usuários dos Conselhos Distritais de Saúde – CDS; conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira Nancy dos Santos Senhor (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria Rosilda Pereira de Azevedo Moreira (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheira Ângela Maria Alves Barbosa (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Reinaldo da Costa Pereira da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1).**

Composição da Mesa de Coordenação dos Trabalhos. Presidência do Conselho: conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes. Moderadora: Secretária Executiva do Conselho, Lúlia de Mesquita Barreto. Comissão Executiva: conselheiros Usuários: Renê Monteiro de Almeida Júnior, Abílio Valério Tozini e Ângela Maria Alves Barbosa; conselheiros Profissionais: Lucimar Oliveira do Nascimento e Wagner Gomes Bezerra e conselheiros Gestor/Prestador: Liliane Cardoso de Almeida Leal e Emanuelle Pereira de Oliveira Correa. Controlador do Tempo: conselheiro Abílio Valério Tozini. Inscrições para perguntas: conselheira Ângela Maria Alves Barbosa. Leitura da Pauta: Secretária Executiva: Lúlia de Mesquita Barreto. Pauta do dia: 01. Deliberação da Ata: 08/10/2024 – 3 minutos. 02. Processo: SMS-PRO-2024/28475. Assunto: Termo de Contrato – AMO RX Imagens Rio Radiologia Ltda. (Processo nº 09/002339/2021) 03. Processo: SMS-PRO-2024/10750. Assunto: Termo de Contrato – Centro Educacional Nosso Mundo – CENOM (Processo nº 09/008450/2021). 04. Processo: SMS-PRO-2024/22259. Assunto: Termo de Contrato – Davita Brasil Participações e Serviços de Nefrologia Ltda (Processo nº 09/001825/2021). 05. Processo: SMS-PRO-2024/35163. Assunto: Habilitação de nove (09) leitos de Unidade de Terapia Intensiva Queimados do Hospital Municipal Pedro II, CNES: 6695462 – AP 5.3. 06. Processo: SMS-PRO-2024/00118. Assunto: Habilitação de Unidade de Alta Complexidade em Neurocirurgia – 15 (quinze) leitos do Hospital Municipal Pedro II, CNES: 6995462 (Ref. Processo 09/001323/2022) – AP 5.3. 07. Superintendência de Vigilância em Saúde (S/SUBPAV/SVS). Assunto: Apresentação do Plano de Contingência de Arboviroses (biênio 2024/2025) – 40 minutos (20 minutos para Apresentação e 20 minutos para perguntas). 08. Superintendência de Saúde Mental. Assunto: Fluxo de Atendimento das Emergências Psiquiátricas – 40 minutos (20 minutos para Apresentação e 20 minutos para perguntas). 09. Superintendência de Promoção da Saúde. Assunto: Programa de Saúde Escolar – 30 minutos (20 minutos para Apresentação e 10 minutos para perguntas). 10. Coordenação de Promoção em Saúde do Trabalhador. Assunto: Esclarecimentos acerca dos passos para habilitação e funcionamento de Cerests – 20 minutos (10 minutos para esclarecimentos e 10 minutos para perguntas). 11. Comissão de Doenças Raras e Negligenciadas. Assunto: Informe sobre a realização do 1º Fórum Municipal de Doenças Raras em 2025 – 10 minutos. 12. Informes das Comissões do Conselho Municipal de Saúde RJ – 10 minutos. 13. Informes do Presidente do Colegiado – 3 minutos. 14. Informes dos Conselhos Distritais de Saúde (CDS) – 3 minutos para cada Colegiado Distrital. 15. Informes da Secretaria-Executiva – 3 minutos. 16. Informes da Gestão da SMS Rio – 3 minutos. 17. Informes do Colegiado – 3 minutos por Conselheiro. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** iniciou a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos com o quórum previsto no Regimento Interno. Na sequência submeteu a pauta à aprovação e verificou-se que foi aprovada pela maioria simples. Em seguida, passou à apreciação dos itens da pauta. **01.** A Ata de 08/10/2024 foi aprovada por maioria simples. Com a palavra, o **conselheiro Abílio Valério Tozini** observou que o ponto quatro da pauta não havia

sido submetido à apreciação da Comissão Executiva, na reunião destinada ao fechamento da pauta da reunião ordinária. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou que virá uma pessoa para explicar o teor dos processos dos itens 2, 3 e 4 e, assim, passa aos itens 5 e 6 da pauta. 05. Processo: SMS-PRO-2024/35163. Assunto: Habilitação de nove leitos de Unidade de Terapia Intensiva Queimados do Hospital Municipal Pedro II, CNES: 6695462 – AP 5.3. 06. Processo: SMS-PRO-2024/00118. Assunto: Habilitação de Unidade de Alta Complexidade em Neurocirurgia – 15 (quinze) leitos do Hospital Municipal Pedro II, CNES: 6995462 (Ref. Processo 09/001323/2022) – AP 5.3. Os pontos 5 e 6 foram aprovados por maioria simples. 07. Superintendência de Vigilância em Saúde (S/SUBPAV/SVS). A **servidora Camila** e o **servidor Rafael** iniciaram a apresentação do Plano de Contingência de Arboviroses (biênio 2024/2025). Ao final, a **servidora Camila** disse que o Plano apresentado estará no EpiRio e será enviado aos conselheiros. Em seguida, a **conselheira Cíntia Teixeira de Souza Silva**, dada a importância do assunto, perguntou se há material impresso ou virtual que possa ser disponibilizado à população para divulgação, transformando-o em uma ferramenta orientadora. Com a palavra, o **servidor Rafael** disse que a observação feita pela conselheira é muito importante porque onde existem humanos, existem arboviroses e que compartilhará todo o material digital e as peças que serão impressas. O **conselheiro Renê Monteiro de Almeida Júnior** perguntou se existem casos de leishmaniose no Rio de Janeiro. Um Servidor, que não se identificou, respondeu que há em média três casos por ano. O **conselheiro Abílio Valério Tozini**, referindo-se ao descuido, havido no ano passado, em eliminar os focos dos mosquitos transmissores de arboviroses, perguntou se a Secretaria de Municipal de Saúde está em contato com a Comlurb solicitando a limpeza nas comunidades para evitar a dengue, Zika e Chikungunya. O **servidor Rafael** explicou que, às vezes, há fatores de risco no processo de eliminação de focos do mosquito *Aedes Aegypti*, como, por exemplo, quando têm que chamar a Light porque as fiações elétricas acumularam água. O **Sr. Eduardo Novaes** perguntou se esse programa e essas ações chegam ao Território Carcerário, uma vez que são encontrados pulgas, percevejos e outros transmissores no Rio de Janeiro. O **servidor Rafael**, sobre o sistema carcerário, disse que, até o ano passado, a atribuição de fazer toda prevenção e controle de vetores dentro dos espaços carcerários era da Secretária de Estado do Rio de Janeiro. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** solicitou que fosse resolvido o problema da grande quantidade de gatos existentes na Policlínica Manoel Guilherme da Silveira Filho. O **servidor Rafael** pediu ao conselheiro que consulte o IVISA, porque não tem habilitação para responder sobre esse assunto. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** pediu a conselheira Emanuelle Pereira de Oliveira Correa que verifique junto ao Coordenador da CAP 5.1, o que pode ser feito ou ver se há alguém alimentando esses animais dentro do terreno. Em seguida, voltando aos itens 2, 3 e 4 da pauta, a **servidora Fabíola** esclareceu o teor dos processos e a Secretária Executiva do Conselho Lúlia de Mesquita Barreto colocou em votação: 02. Processo: SMS-PRO-2024/28475. Assunto: Termo de Contrato – AMO RX Imagens Rio Radiologia Ltda. (Processo nº 09/002339/2021); 03 Processo: SMS-PRO-2024/10750. Assunto: Termo de Contrato – Centro Educacional Nosso Mundo – CENOM (Processo nº 09/008450/2021) e 04. Processo: SMS-PRO-2024/22259. Assunto: Termo de Contrato – Davita Brasil Participações e Serviços de Nefrologia Ltda (Processo nº 09/001825/2021). Após a votação, verificou-se que os pontos dois, três e quatro foram aprovados por maioria simples. 09. Superintendência de Promoção da Saúde. A **servidora Dilma** iniciou a apresentação do Programa de Saúde Escolar. Após, o **conselheiro Abílio Valério Tozini** perguntou como são recebidas as crianças autistas quando chegam à escola; como está o acompanhamento das crianças que abandonam a escola e quando enfrentaremos a questão de preparar as crianças, para se defenderem dos vários tipos assédios, inclusive, o sexual, sabendo que alguns

acontecem em casa. Sobre as crianças com autismo, a Servidora Dilma disse que a Secretaria Municipal de Educação tem o Instituto Heleno Antipoff, que responde por essa política; que a SMS responde pela política na Saúde Mental e a reabilitação. Que todas as Equipes de Saúde da Família estão preparadas e têm formação para orientar os pais. Explicou que nem toda criança que tem autismo precisa de um especialista, muitas vezes precisa somente da orientação da Equipe de Saúde da Família. Caso se constate a necessidade, a criança é encaminhada a um especialista. Com relação a assédios, a **servidora Dilma** esclareceu que formam profissionais para SMS e SME para que formem outros profissionais. Porém, cada Secretária (SME, SMS e SMAS) tem os seus próprios Programas. Na Secretaria Municipal de Saúde tem o “Núcleo de Promoção da Solidariedade e Prevenção de Violências”. A **conselheira Cíntia Teixeira de Souza Silva** disse que é uma defensora do Projeto Saúde nas Escolas e entende ser necessária a criação de ferramentas para potencializar ainda mais esse o programa. 08. Superintendência de Saúde Mental. **Dr. Hugo Marques Fagundes Júnior** iniciou a apresentação do Fluxo de Atendimento das Emergências Psiquiátricas. Após a apresentação, o **conselheiro Edmilson Soares Reis**, com a palavra, contou que sua prima teve um surto e foi bem acolhida no CAPS II Dircinha e Linda Batista. A **conselheira Maria Angélica de Souza**, com a palavra, disse que faz parte do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2. Contou que a AP. 3.2 é uma área que conta com atendimento na Saúde Mental com alguns serviços implantados. Disse que gostaria de entender como ficará a Saúde Mental, já que ela estará ligada a SUBHUE e a SUBPAV e, conseqüentemente, ali os serviços irão se misturar. Com relação aos vínculos, perguntou como fica o usuário com relação à confiança que criou com o profissional de saúde que tratou dele, quando esse profissional tem seu contrato de trabalho extinto e tem que sair daquele território. Também, pediu esclarecimentos sobre o MROSC, tendo em vista a sobrecarga de trabalho imposta aos trabalhadores da Saúde, que acabam por não terem condições de oferecer uma melhor assistência aos pacientes. Entende que o compromisso é ampliar a oferta, mas há de se ter um olhar para que essa ampliação atenda ao profissional e ao usuário. O **Dr. Hugo Marques Fagundes Júnior** disse que a Portaria 3088 descreve os condicionantes para o funcionamento de um CAP. Contou que o CAPS II tem trinta e quatro condicionais, o que é mais do que o exigido. Explicou que a necessidade de se ter mais equipes é devido à complexidade do Rio de Janeiro, com as enormes dificuldades que enfrenta nos pontos de concentração de população, muitas vezes vulnerável. Disse que MROSC é marco regulatório das organizações de lugar de saúde e a sociedade Civil. É modelo Jurídico, que fica entre um convênio e um contrato. Nesse modelo jurídico, a Saúde faz termos de colaboração com organizações, nas quais a Saúde não passa a Gestão. Explicou, citando um exemplo: A Viva Rio contrata um gerente para uma Unidade na AP 3.2, Caps Torquato Neto. A enfermeira que é diretora do Torquato Neto é contratada da Viva Rio, mas ela atende ao que a Secretária de Saúde determina (o desenho que a Secretaria de Saúde faz, o funcionamento, a lógica, a utilização e todos os outros serviços). Eles executam o que a Secretaria de Saúde deseja. Não se trata de uma terceirização, onde a Secretaria de Saúde passa a gestão da Unidade para outros. Na MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), a gestão é da Secretaria Municipal de Saúde e isso é importante citar. A seguir, reconheceu a necessidade de se criarem condições melhores e oferecer mais segurança para o trabalhador. Sobre a fala da conselheira Maria Angélica de Souza sobre a mudança, disse que a Saúde Mental tem marcas, cicatrizes com a entrada da RioSaúde; porém, a Saúde está num momento de plena estabilidade; mesmo na inovação, aproveitam todos os profissionais. Portanto, não há esse fator de insegurança. A **conselheira Juliene de Freitas Parada**, com a palavra, perguntou como atrair psiquiatras com um salário de estatutário de quatro mil e poucos reais, caso a Secretaria abrisse concurso público, embora saiba que o Secretário de Saúde

Daniel Soranz tenha dito que não vai abrir concurso público. Falou que o STF abriu a porteira para a terceirização e o Eduardo Paes assinou embaixo; que os estatutários já são em menor quantidade na Secretaria Municipal de Saúde e que a rotatividade dos Profissionais continua sendo alta com a terceirização, mesmo com esse contrato, que o Paes colocou na Câmara há cinco seis anos. Também falou das reclamações dos pacientes que têm o acompanhamento do tratamento prejudicado com a alta rotatividade dos profissionais de saúde e, por fim, disse que o Secretário Municipal de Saúde, Daniel Soranz, abandonou a Mesa de Negociação porque a outra parte não aceitou a implementação do PCCS do jeito que ele queria: progressão mediante a avaliação da chefia imediata. Referiu-se a tudo isso como um “Pacote de maldades do Eduardo Paes” e que futuramente terão profissionais terceirizados que também serão assediados e virão a adoecer. A **conselheira Cíntia Teixeira de Souza Silva** contou que houve uma conversa na Comissão de Saúde Mental e ficou acordada a necessidade de se ter uma interlocução com Sociedade Civil a fim de orientá-la sobre qual é a porta da entrada, qual é o fluxo para a Saúde Mental. Entende ser importante o esforço de se produzir uma cartilha com linguagem simples para ser um norteador para a Sociedade. Na sequência, **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** contou que na Área da AP 5.1, fazem reuniões do Colegiado Gestor e que os moradores acham que o Conselho Distrital de Saúde é a resolução de todos os casos. Ocorre que, na AP 5.1, há várias áreas dominadas pelo Poder Paralelo, onde a Polícia não entra e não adianta ligar para 193 ou 192. Quando existe um paciente que precisa ser socorrido, é preciso tirá-lo de dentro da comunidade para que possa ser atendido. O conselheiro entende que falta Lei, que alguém do Poder Público está falhando nas obrigações e pede orientação para sanar o problema. A **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** falou que a equipe do CAPS da Rocinha é empenhada no trabalho que faz, que acolhem os pacientes imediatamente e que concorda com o Dr. Hugo quando diz que as equipes precisam estar cada vez mais bem preparadas profissionalmente. Contou que as quartas e sextas-feiras, dias que em que, nesse CAPS, os profissionais trabalham com pessoas com surtos, vê poucos profissionais atendendo uma grande demanda. Perguntou ao Dr. Hugo o que está sendo feito, se existe algum planejamento para, futuramente, qualificar mais pessoas a fim de realocar nesse espaço de trabalho. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** disse que a Comissão de Saúde Mental fará a minuta da cartilha e vai apresentá-la ao Dr. Hugo para que a população tenha as respostas necessárias sobre o fluxo de atendimento. Falou que essas hordas que saem das comunidades, compostas de crianças e adolescentes que tentam pegar tudo o que encontram pelo caminho, são um problema de Saúde Mental Coletiva. Perguntou ao Dr. Hugo como tratar essa sociedade doente e como enfrentar esse problema de saúde mental coletivo. O **Dr. Hugo Marques Fagundes Júnior** respondeu que o prefeito Eduardo Paes dá uma resposta quando investe nos Parques de Madureira e Realengo, quando aposta em espaços de lazer e de convívio para jovens da periferia. Entende que não se trata de um problema de saúde mental coletivo, mas um problema social e político gravíssimo, porque o Rio de Janeiro é uma sociedade desigual, com gente vivendo em caixotes, crianças vivendo em becos, em barracos no esgoto. Esses jovens vão buscar alguma solução na vida. Contou que transformaram três CAPS em três CAPSI III com leitos de acompanhamento 24 horas e muitos desses jovens vão parar no Maurício de Souza, atrás do Pinel. Lá, tomam banho, têm comida, têm suporte, têm gente que os acompanha. A seguir, **Dr. Hugo Marques Fagundes Júnior** fala que a Subprefeitura da Praia Vermelha se queixa dos pivetes que entram na Universidade e o conselheiro Abílio Valério Tozini diz que a UFRJ quer tirar o CAPS Maurício de Souza daquela região pela mesma razão. **Dr. Hugo Marques Fagundes** comenta que famílias com crianças com autismo dizem ter medo de conviver com aqueles pivetes, mas que o fato é que todos querem o serviço, mas longe de suas casas. Após, dirigindo-se ao conselheiro Ludugério Antônio da Silva, **Dr. Hugo**

**Marques Fagundes Júnior** disse que na região da AP 5.1 há o Complexo Penitenciário de Gericinó. Contou que muitas pessoas saem detonadas daquele Complexo, que muitas vezes saem em liberdade com a roupa do corpo. Então, talvez, tenha que se pensar em mais um CAPSI para aqueles lados, onde vive uma população mais vulnerável. Entende que é necessário cuidar das pessoas que estão saindo do buraco e que se tiver algum recurso irá pô-lo lá. Prosseguindo, Item 11 da pauta: Comissão de Doenças Raras e Negligenciadas. Assunto: Informe sobre a realização do 1º Fórum Municipal de Doenças Raras em 2025. O **conselheiro Rene Monteiro de Almeida Júnior** disse que, em reunião, dia 14 de outubro, com a Dra. Claudia Porto da Reabilitação, ficou decidido que em vez de se fazer a 1ª Conferência de Doenças Raras em 2025, farão, no segundo semestre de 2025, o 1º Fórum Municipal de Doenças Raras. Item 10. Coordenação de Promoção em Saúde do Trabalhador. Assunto: Esclarecimentos acerca dos passos para habilitação e funcionamento de Cerests. A **Secretária Executiva do Conselho, Lúlia de Mesquita Barreto**, disse que a pessoa que faria a apresentação não pode comparecer. Item 12. Informes das Comissões do Conselho Municipal de Saúde RJ. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** convida todos a participar da reunião do dia 25/11/2024, às 14 horas, em local ainda a ser informado. Pretender produzir sugestão de uma cartilha para a população com a aprovação do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. A **conselheira Maria Angélica de Souza** informou que no dia 13.11.2024, no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, a partir das oito horas e trinta minutos, acontecerá a 1ª Oficina Municipal de Saúde do Trabalhador, sendo a primeira etapa da 1ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Serão três oficinas simultâneas para discussão da situação dos trabalhadores do Município do Rio de Janeiro. Ponto 14. Informes dos Conselhos Distritais de Saúde. Não houve. Ponto 15. Informes da Secretaria Executiva. A **Secretária Executiva do Conselho, Lúlia de Mesquita Barreto**, lembrou aos conselheiros do evento da Oficina. Contou que o evento conta com a presença de somente sessenta pessoas, devido ao espaço não ser grande; convidou os profissionais de Saúde, Usuários, Gestores das dez Áreas Programáticas, dois representantes de cada Conselho Distrital de Saúde e Sindicatos. Informou o local, Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, Rua Ramiro Magalhães, Nº 521 Engenho de Dentro. Horário: 08h30min até 17 horas. Item 16. Informes da Gestão da SMS Rio. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que disponibilizou, no grupo do quadriênio dos conselheiros, as várias atividades que estão acontecendo sobre a população negra nas Unidades de Atenção Primária e em alguns hospitais. Disse que a participação do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro é de extrema importância. Uma **Servidora que não se identificou**, com a palavra, sobre esse evento, falou das várias atividades, tais como: Roda de conversa da população negra em algumas Unidades; na Clínica da Família Maurício Silva terá um Baile de Charme, dia 27/ 11, às 14 horas. Uma oficina de culinária, dia 26/11, às 09 horas, na Fundação Joaquim. Item 13. Informes do Presidente do Colegiado. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** informou que houve a apresentação da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias na Câmara dos Vereadores e que a mesma está disponibilizada no site do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Item 17. Informes do Colegiado. A seguir, a **conselheira Elizabeth Guastini** fez um alerta a todos os servidores estatutários e aos da RioSaúde sobre a Saúde Mental. Disse que é muito triste ver que, no pior momento da vida do trabalhador, o tempo da aposentadoria ou da doença, os servidores ficam desassistidos, vendo perdas em seus direitos, como: triênios congelados, licenças prêmios e incorporações. Falou da situação dos funcionários da RioSaúde que fizeram greve. Disse que, mesmo diante de uma liminar dada por um desembargador, a RioSaúde não respeitou a decisão e cortou o pagamento dos servidores, descontando os dias de greve. Que, os Sindicatos, por conta dessa liminar, conseguiram fazer com que esses descontos fossem devolvidos,

mas não estão sendo devolvidos na sua integralidade. Acrescentou que a RioSaúde não responde aos e-mails, não senta com os Sindicatos para negociar as férias suspensas e fazem o remanejamentos de servidores de uma Unidade para outra, além de não cumprir a CLT e não ter mais concurso para a Riosaúde. Pediu para que o Dr. Daniel Soranz ligue para o Presidente da RioSaúde Dr. Roberto pedindo que ele receba os Sindicatos. O **Sr. Eduardo Novaes**, usuário do SUS na área de Jacarepaguá, onde costuma utilizar os serviços do CMS Jorge Saldanha Bandeira de Mello, com a palavra, disse que, naquele Posto, está acontecendo um completo desrespeito as Leis, como a lei do Estatuto da Pessoa Idosa. Embora já tenha comunicado o fato, por diversas vezes ao Conselho; já tivesse tido uma reunião com a Diretora, que depois marcou uma reunião com uma Presidente de Associação de Moradores que acabou de identificar o problema apresentado como um problema recorrente na Comunidade dela, nada acontece. Ela declara que não pode cumprir a Lei. Entende que, enquanto a Lei existe, é para ser cumprida e, por isso, vem requerer o seu direito à prioridade por ter setenta anos de idade. Propôs que a Comissão de Fiscalização Hospitalar deste Conselho de Saúde vá até lá para verificar o que esta acontecendo. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, eu, **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com o Presidente deste Conselho, **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**.

**Marcelo Dionízio Gomes**

**Conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**